

XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA
28 a 31 de Julho de 2009 – RIO DE JANEIRO (RJ)
GRUPO DE TRABALHO: QUESTÃO URBANA

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO LAGAMAR – PEL:
Experiência e aprendizado

Mônica Cordeiro Ximenes de Oliveira
Universidade Federal do Ceará-UFC

Planejamento Estratégico do Lagamar-PEL: experiência e aprendizado¹

Mônica Cordeiro Ximenes de Oliveira²

Considerações Iniciais

O estudo é parte de uma análise que integra a pesquisa para a tese de doutorado intitulada formação e transmissão de “lideranças” do bairro Lagamar: “os filhos da comunidade”. O objeto proposto é um desdobramento e resultado das inquietações que vislumbrei no decorrer da pesquisa para a minha dissertação intitulada “Lagamar: usos e cenas”³ e que não foram contempladas.

Uma das preocupações recorrente no discurso dos moradores, que não tratei na dissertação, foi a representação que os moradores tinham sobre a sua condição de “comunidade”⁴. Na representação dos moradores, a questão era: “nós não temos mais organização em comunidade e está aí o resultado. Fazem o que querem do Lagamar”.

Nessa direção, perguntas norteadoras orientam, provisoriamente, as minhas reflexões: como em diferentes momentos a história das “lideranças” no Lagamar contribuem para o reconhecimento da comunidade? Qual o perfil dessas “lideranças” no passado e presente? Qual a relação que os moradores estabelecem com essas lideranças? Como se dá o processo de formação e transmissão da “liderança”? Como os moradores vão “re” significando a noção de comunidade a partir do PEL? Qual a compreensão da comunidade sobre o trabalho em rede para os fortalecimentos das entidades parceiras que atuam dentro do Lagamar? Em que sentido esse canal institucional interfere nos discursos dos moradores sobre a sua cidadania?

¹ Estudo que integra a pesquisa para a tese de doutorado em Sociologia.

² Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais. Mestre e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade Federal do Ceará-UFC. mcordeiro@webcabo.com.br.

³ O meu interesse pelo Lagamar teve início em 2001, quando ministrei o curso de Formação de Pesquisadores Sociais, promovido pela Fundação Marcus de Bruim, em parceria com a Secretaria de Ação Social do Estado do Ceará, dentro do Programa Estadual de Qualificação-PEQ, para jovens na faixa etária entre 15 e 21 anos, de outubro a dezembro.

⁴ Os moradores, quando se referem à “comunidade”, estão sempre se reportando ao contexto histórico quando as Comunidades Eclesiais de Base-CEB’s atuavam no Lagamar na década de 80.

Para operacionalização do estudo proposto é significativo salientar a necessidade de empregar estratégias de abordagem empírica, pois é importante mantermos um envolvimento compreensivo e uma relação de respeito pelas manifestações no interior da “comunidade” estudada, para delinear melhor as questões e os significados destes grupos”, como afirma Zaluar, através do um estudo interpretativo.

Creio que interpretar os discursos e as representações dos diferentes atores sociais envolvidos nesse processo não é só buscar recuperar as experiências desses atores. Mas sim, através de uma “nova leitura”, buscar resignificar os sentidos que esses atores constroem sobre as suas práticas. Para Geertz (1989) essa tarefa passa pela compreensão “de uma multiplicidade de estruturas conceituais, complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares”.

Para tanto, utilizo como recursos metodológicos para o trabalho empírico estratégias da antropologia social tais como: diário de campo, entrevistas, relatos e conversas informais com os moradores e lideranças, já que acredito que, com o auxílio da observação participante, consegue-se captar as representações sociais em relação a fatos imediatos, ou seja, “uma série de fenômenos de suma importância que, de forma alguma, podem ser registrados apenas com o auxílio de questionários ou documentos estatísticos, mas devem ser observados em plena realidade” (MALINOWSKI, 1976). São relevantes para o estudo, também, os dados históricos através de documentos oficiais, do acervo de jornais locais, documentos das associações e dos estudos que já foram desenvolvidos no Lagamar.

Geertz (1989) questiona a possibilidade de o cientista social chegar a conhecer a maneira como um ‘nativo’ pensa, sente e percebe o mundo. Para o autor não devemos ser ingênuos a ponto de pensarmos que o que chamamos de “nossos dados” é um resgate de experiência direta daquelas pessoas, pois “[...] são realmente nossa própria construção das construções de outras pessoas”. A leitura que fazemos das entrevistas, os textos que produzimos são, eles mesmos, interpretações. “Por definição, somente um ‘nativo’ faz a interpretação em primeira mão”.

Desse modo, procuro não perder de vista os ensinamentos de Geertz (1989) que se articula a uma perspectiva interacional, segundo a qual, no esforço de buscar

significados de processos culturais, demanda-se um esforço metodológico de uma “descrição densa”, tomando emprestada a noção de Gilbert Ryle. O relato etnográfico, com base nesse pensamento, mostra-se como tentativa de registrar costumes, práticas, ou seja, praticar etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário e assim por diante.

Apresentando o lócus do estudo

A complexidade das cidades impõe aos estudiosos do urbano uma concepção multifacetada de análise, considerando-se que a Cidade é plural, múltipla, *polifônica*. A cidade é o lugar dos acontecimentos, ela é viva, pulsa, seduz, agride, possui sua própria identidade, transforma-se e transforma aqueles que nela interagem.

A Cidade, nesse sentido, é um mundo de representações, pensadas como um cenário da vida coletiva que tem, em suas ruas, praças e bairros, elementos vitais de estimulação da convivência entre as pessoas.

Nessa Cidade identifiquei Fortaleza, capital do Ceará, com aproximadamente 2.431.415 habitantes. A capital e sua Região Metropolitana constituíram-se no maior pólo de atração do fluxo migratório intra-estadual, basicamente, por ser a capital o maior núcleo concentrador de atividades sócio-econômicas do Ceará. Fortaleza tem cerca de 800 mil pessoas vivendo em favelas, ou seja, 1/3 dos 2,4 milhões de habitantes, formando uma periferia predominantemente por pessoas de baixa renda, sem posto fixo de trabalho e com baixa qualidade de vida (OLIVEIRA, 2003).

A Comunidade Lagamar é um “pedaço” da cidade de Fortaleza, que retrata as condições de vida dos pobres que moram nas mais de 660 favelas de Fortaleza e 94 áreas de risco. No entanto, a luta dos moradores da Comunidade, imprime múltiplas iniciativas, dá ao lugar uma ordem particular, que representa conta e remonta a sua história do “pedaço”, no sentido empregado por Magnani (2000),

A sua ocupação teve início na década de 1930; no entanto, o que consta nos documentos dos moradores é que a formação da comunidade data da década de 1950, especificamente a partir de 1958, com período de seca no Ceará (OLIVEIRA, 2003). Situa-se entre os bairros São João do Tauape, ao norte, Alto da Balança, ao

sul, da Br-116, a oeste, e da Avenida Raul Barbosa, ao leste, em Fortaleza. Trata-se de um *aglomerado considerado subnormal* com 9.975 habitantes e 2.527 domicílios, sua distância fica a cinco quilômetros do centro da cidade (Dados do IBGE - Censo de 2000).

No entanto, o “Censo Lagamar”, realizado de 16 de julho a 16 de dezembro de 2005, através do projeto Plano Territorial de Desenvolvimento em Rede – PTER atualiza os dados da população e dos domicílios. Na área de atuação da Fundação Marcus de Bruim constam atualmente, segundo esses dados, com 8.420 habitantes e 2.167 domicílios que são significativos para a análise e o aprofundamento do conhecimento sobre a realidade local (FUNDAÇÃO MARCUS DE BRUIM, 2006).

A História do Lagamar são construções de relatos individuais e coletivos que, entrelaçados, levam-me a entender esse espaço como o lugar antropológico, preconizado por Augé (1994, p. 51) que “é simultaneamente princípio de sentido para aqueles que habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa”.

A visão cartográfica impressiona por suas inúmeras ruas, travessas, becos, amontoados uns sobre os outros num pontilhado minúsculo que os separa. Porém, quando visto de perto a realidade impressiona ainda mais por conta da ocupação das ruas possuírem um traçado irregular que dão origem a outros.

As casas são de dimensões pequenas e com características de autoconstrução, pois apresentam o aspecto de semi-acabada ou provisória, sempre à espera de uma nova “ordem”, que pode vir a qualquer momento, dependendo da situação ocorrida e de quem vai precisar chegar. Por essa razão, o espaço da casa amplia-se para a rua, povoando-a de estranhas e diferentes personagens. Por esse motivo, a rua passa a ser o ponto de encontro entre essas personagens e para o “bate papo” entre vizinhos.

O canal do Lagamar é um espaço emblemático, que dá visibilidade não só aos moradores, mas também para a construção de um estigma, como confere Goffman (1988), de quem mora do “lado de lá” e do “lado de cá”. Essa divisão simbólica “lado de lá” e “lado de cá” faz do Canal uma fronteira de poderes, e, sobretudo, reflete uma identidade local. O acesso de um lado para o outro se dá através de duas pontes de madeira que se encontram em condições precárias, devido ao tráfego irregular de motos e carros. Estas pontes são palcos de cenas de violência entre os jovens que delimitam ali suas fronteiras.

Partilho aqui da mesma opinião de Magnani e Lucca (2000) segundo o qual é nesse espaço “que se tece a trama do cotidiano; onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade e a participação em atividades vicinais”.

Na Comunidade a História política local é narrada em três períodos relatados a seguir e que serão refletidos no percurso do texto. No primeiro momento, anterior a 1980, quando o Lagamar aparecia nos meios de comunicação como um lugar marcado pela marginalidade, onde a lama e a sujeira faziam parte da vida das pessoas. No segundo depois de 1980, quando as notícias passaram a ter outra referência: “o Lagamar passa a ser um lugar de luta e de organização, para garantir a melhoria das casas, a urbanização e o direito pela posse da terra”. O terceiro, na década de 1990, com a problemática da violência, marginalidade, desemprego e com a criação das ONG’s como canais de participação e, sobretudo como parceiras dos movimentos populares.(OLIVEIRA, 2003). E atualmente as parcerias das Ong’s com as outras Entidades que fazem parte do Grande Lagamar para a construção participativa do Plano Estratégico do Lagamar-PEL/Plano estratégico do Lagamar de Desenvolvimento em Rede-PTER que se apresentam como um desafio para a Comunidade e para as Instituições que se propuseram a participar de sua construção, pois entendem que “através da união as dificuldades se amenizam e um sonho distante se torna mais próximo”.

CEB’s e Associações dos Moradores: núcleos de conscientização no Lagamar

A História da Comunidade foi construída em torno da política, principalmente, a partir da década de 1980, quando as práticas de mobilização, que se efetivavam no cenário brasileiro, contribuíram para uma difusão do reconhecimento de direitos sociais que passaram a integrar parte significativa das representações sociais de atores sociais, os movimentos de bairro ganharam maior expressividade.

Nesse período, a temática passa a se inserir no tocante a políticas habitacionais, incluindo a remoção e/ou a urbanização de favelas. Em Fortaleza, o

Lagamar se destaca na história desses movimentos populares⁵, por representar a resistência à não-remoção, à luta pela terra e por outros bens públicos.

Passa a haver, nesse momento, por parte do Estado, uma aproximação com as organizações populares. O Estado não representava mais o inimigo visível e, sim, o 'parceiro'(MATOS, 1998), passando a formular políticas sociais de caráter "participativo". Nessa parceria entre Estado e movimentos sociais, as "lideranças" sofreram desgastes, por tornarem-se co-responsáveis pelo repasse dos recursos, transferindo para si as responsabilidades e as possíveis críticas e cobranças por esses gerenciamentos (BARREIRA e BRAGA, 1991).

No processo de abertura política, que sinalizava o final da ditadura militar, os governos assumem novas posturas, passaram a receber as "lideranças" e estabelecer o diálogo como forma de interação com a "sociedade civil". Pessoas nomeadas pelo Governo do Estado, os "agentes de mudanças", passaram a cadastrar demandas provenientes dos bairros, e assumiram posições que eram antes delegadas às lideranças comunitárias.

Foi a partir dessa configuração política que, as "lideranças", começaram a construir uma proposta para "um novo despertar no bairro", contra o Projeto Novo Lagamar⁶, no sentido de fortalecer a resistência diante das ameaças de remoção (BRAGA, 1995).

Concordo com Barreira (2001) quando comenta que tais organizações traziam sementes de renovação democrática. A intervenção dessas políticas sociais, que foram nomeadas de "participativas", exigiram a intermediação de associações para o repasse de bens de consumo coletivos que corroborou para o aumento significativo de entidades no bairro, fato que solidificou a existência de cargos de representação ocupados por presidentes. Foi a partir da criação de inúmeras associações de moradores que esses representantes passaram a exercer a função de interlocutores do bairro.

A partir desse "novo despertar no Lagamar", brotou um nível de consciência dos problemas da "comunidade"⁷. Surgiu, nesse contexto, um núcleo mobilizador de

⁵Dentre esses estudos dos movimentos sociais, merecem destaque: Barreira (1992), Borzacchiello (1992, Braga (1995), Braga e Barreira (1991), Diógenes (1989), Gohn (1995) e Matos (1998)).

⁶ O Projeto Lagamar o mais arrojado plano do governo estadual na área social e a mais importante peça de propaganda para o PDS nas eleições de 1982. Foi apresentado a opinião pública como um plano piloto de desfavelamento de Fortaleza. (RIBEIRO, 1990).

⁷Por se tratar de uma categoria "nativa", compreendo o conceito de "comunidade" como uma categoria sociológica fundamental para a compreensão do objeto estudado. Penso com Weber (1994) quando afirma que: "uma relação social denomina-se de 'relação comunitária' quando na medida em

discussões, as Comunidades Eclesiais de Base-CEB's, exatamente no momento em que os moradores iniciavam a mobilização e a luta, não somente por permanência, mas por direito à terra (DIOGÉNES, 1989).

As Comunidades Eclesiais de Base-CEB's, no Lagamar tiveram sua origem em 1980. Com a influência das CEB's, outros núcleos surgiram, dentre os quais, a Associação Comunitária do Lagamar, criada em 1982, com o objetivo de fortalecer a luta da permanência no local.

Em 1983, foi criada a Associação dos Moradores do Lagamar, pelo lado do São João do Tauape apoiada pela Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza. No depoimento de uma liderança, “o pessoal da Federação era mais experiente de união em entidades em Fortaleza, e souberam trabalhar em cima do imediato. As CEB's apenas refletiam, planejavam, reuniam-se [...] sabiam que a luta não terminava ali”. Nesse depoimento, fica evidente a diferença entre os grupos que utilizavam estratégias de atuação políticas diferenciadas (OLIVEIRA, 2003).

A partir de 1984, passa a fazer parte da pauta do Governo a “eficácia da nova política habitacional”, elaborada e implementada pelo PROMORAR⁸. As “lideranças da comunidade” seriam as encarregadas do cadastramento e partilha do material de construção posto à disposição pelo governo. A lentidão com que foi liberado esse material descreditou as lideranças que, em alguns casos, ficaram bastante desgastadas (RIBEIRO, 1990).

A própria natureza das políticas, no confronto com a realidade material e organizativa, levaram as “lideranças” a assumirem posturas peculiares. Essa situação enfraqueceu a comunidade de base. Para os moradores, “as CEB's eram independentes e dialogavam à medida que havia ações comuns, mas nunca cederam para questões políticas, pelo menos nos tempos antigos”. As “lideranças” que se envolvem na atividade de gerenciamento dos programas, que as absorve em rotinas administrativas, afastadas das bases, e a ação política-organizativa relega-se a plano secundário (BRAGA e LIMA, 1991)

que a atitude na ação social [...] repousa no sentimento subjetivo dos participantes de pertencer – afetiva ou tradicionalmente- ao mesmo grupo. A partir dessa proposta, acredito que a dimensão comunitária comporta tanto interesses comuns quanto interesses momentâneos, circunstanciais e, algumas vezes, conflitivos. Os indivíduos, os grupos e a comunidade tecem sociabilidade local, articulam acordos políticos e, ao mesmo tempo entram em conflitos uns com os outros.

⁸ Representou uma nova fase do BNH, ao reconhecer sua responsabilidade para soma situação das famílias que viviam em condições subhumanas nas favelas. Frente a isso, propôs questões inovadoras, entre elas, legalização da posse da terra, melhoria nas condições habitacionais (BRAGA, 1995).

Para Gohn (1995) “o novo paradigma da ação social” na realidade e as demandas não eram novas, porque a carência de bens e serviços, para os atores populares, não eram questões novas no cenário nacional. O novo foi a forma e o modo de equacionar e de encaminhar as demandas, assim como a sistematização de suas possíveis soluções.

Novos interlocutores nas práticas do Lagamar: as Ong's

Dos anos 1990 para cá a situação do Lagamar tomou outras dimensões com a questão da violência, do desemprego, dos problemas ocasionados em decorrência da baixa renda, evasão educacional, aumento da marginalidade e do tráfico de drogas, arbitrariedade por parte da polícia e pela violência urbana, o que cria um clima de insegurança aos seus moradores e refletem em traços de desigualdades sociais,

Nesse contexto, entram em cena novos interlocutores no cenário do Lagamar, as Organizações Não Governamentais-ONG's como canais de participação, parceiras dos movimentos populares. A partir desse momento, surgiram muitos debates, onde as “lideranças” e os moradores refletiram que era necessário pensar instituições que pudessem colaborar com essa nova realidade do bairro. (OLIVEIRA, 2003).

A Fundação Marcos de Bruim, criada em 1992, pelo lado do Alto da Balança, para a profissionalização dos jovens, e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Lagamar, pelo lado do São João do Tauape, criado já na fase mais recente por causa da problemática da violência no bairro, passaram a construindo “novas práticas” de diálogo e enfrentamento, que se tornaram imprescindíveis no contexto da “gestão participativa”.

Junto ao surgimento das ONG's, os moradores vivenciaram “novas práticas” de mobilização. Entretanto, essas “novas práticas” indicam, segundo os moradores, desmobilização das “lideranças” locais e enfraquecimento na unidade de luta. Segundo relatos dos moradores, agora não há mais “comunidade”: “Estamos, hoje, com um grande problema aqui no Lagamar. Se tivesse a mobilização de antes, já tinha sido resolvido pela comunidade”.

Outra evidência da desmobilização do Lagamar é a disputa entre as “lideranças” do bairro, para saber quem aparece mais. Os conflitos aparecem no

momento da atuação dessas “lideranças” como: Quem vai dar entrevista sobre o bairro. Qual a instituição que desenvolve o melhor projeto para o bairro. Quem consegue melhores articulações com o poder público.

Os sinais da fragmentação dos moradores podem ser vistos na preocupação e na necessidade que tem, hoje, na formação de “novas lideranças”, o que não ocorria antes. É emblemática a preocupação da Fundação Marcos de Bruim na formação de jovens lideranças. Através do Projeto Piloto “ Multiplicadores de Artes”, com jovens de 16 a 24 anos, vem utilizando a arte como ferramenta para discutir os problemas locais.

A narrativa de um gestor da Fundação Marcos de Bruim, demonstra essa preocupação,

O Lagamar vêm demonstrando ser uma “comunidade” de certa forma “cansada”, muitas vezes, desesperançosa e desinformada em relação a uma realidade que só se transformará através de maior conscientização política. E reforça que o Lagamar vem tentando formar ‘novas lideranças’⁹ que possam dar continuidade a esse grande projeto que é construído aqui, com algumas instituições e algumas pessoas daqui de Fortaleza e do Lagamar. E a juventude tem um papel realmente fundamental, não só no futuro, mas no presente, pois precisa participar indo às ruas, mobilizando-se e sendo um arauto das boas novas que são construídas hoje, a cada dia, e essas boas novas passa pela política”.

A entrevista de um morador é representativa da desmobilização coletiva na comunidade,

Na década de 1980 essa participação se dava por pura ideologia, havia um potencial de transformação coletiva. O movimento se dava de uma forma espontânea. Hoje, não se consegue mais agrupar dentro de um pensamento comum, não tem mais essa característica. Não somos mais “comunidade”. O próprio sistema nos fez assim.

Foi a partir dessa configuração que um dos grupos de “lideranças” do Lagamar começou a construir uma nova proposta de formação de lideranças no bairro. Na representação dos entrevistados “as comunidades, agora, estão defasadas, parece que não se renovaram. Várias pessoas já morreram”. As “lideranças”, que no passado atuaram nas CEB’s, hoje fazem parte do Conselho da Fundação Marcos de Bruim. Outras não atuam mais nos movimentos do bairro e outras, em “época da política”¹⁰, trabalham para candidatos de partidos.

A referência a um passado idealizado da época das CEB’s é tomado como modelo a orientar o presente, e o retorno a esse passado é sempre aspirado a ele (MEYER, 1979, p. 56-57). Com efeito, a existência da “comunidade” aparece como

⁹ O que os moradores chamam de “novas lideranças” são atores que atuam nos movimentos sociais.

¹⁰ Ver sobre essa temática os estudos de Heresia (1996) e Heredia e Palmeira (1997).

um marco importante a partir do qual os informantes distinguem passado e presente. Meyer (1979) comenta, ainda, que o mais importante e que pode nos ajudar a compreender a questão é o fato de aparecer, ao longo das entrevistas, referências no passado através de transformações ocorridas na “comunidade” e, principalmente, a sua situação presente.

Entretanto, os conflitos existentes no Lagamar não implicam a inexistência de uma “comunidade”. Pelo contrário, é o próprio conflito que nos vai revelar a fronteira do que é “comunidade” para eles (Marques, 2002). A noção de grupo, para essa autora, é, na verdade inexata, porque sugere uma consistência e fixidez de composição e de limites que não se verifica. As mais variadas formas de interação social efetuam-se através de rede de relações sociais, sem fronteiras obrigatoriamente. A existência de conflitos, nesse sentido, não significa desintegração, mas integração segundo Commerford (2003).

Planejamento Estratégico do Lagamar-PEL: experiência e aprendizado

É certo que as experiências passadas, de “cooptação”, de “atrelamento”, de “manipulação”, deixaram marcas nos movimentos populares. Entretanto, é importante salientar que a convivência dos movimentos populares com os espaços institucionais têm gerado grande aprendizado e grande experiência e, sobretudo, um saber particular (GONH, 1991).

Esse aprendizado trouxe legados importantes para a construção de uma cultura política baseada na noção de direitos, diferente das práticas mais usuais de encaminhamento das reivindicações ou de formas simbólicas presentes nas manifestações da década de 1980, quando havia os abaixo-assinados, as passeatas, em suma, o confronto mais direto.

Sherer-Warren (1993) evidencia que nas últimas décadas os movimentos populares e seus mediadores passaram por transformações que vão da valorização das organizações de base, para mais recentemente o reconhecimento crescente da importância das articulações, intercâmbios e formação de “redes”, temáticas e organizacionais. E que a idéia de “rede” implica pensar na possibilidade de integração de diversidade.

A questão levantada pela autora nos faz refletir sobre o trabalho das lideranças e, sobretudo, na formação de novas ações dos movimentos sociais,

atualmente, a partir das “redes” visto que, estes estabelecem entre as várias organizações populares e outras entidades culturais e políticas e as Ong’s, um novo perfil das lideranças comunitárias.

A organização em termos de “rede de movimentos” implica buscar as diferentes formas de articulação entre o local e o global, nas intercomunicações das identidades dos atores com o pluralismo.

Atualmente, a Comunidade do Lagamar, por conta dessa realidade, vem pensando em novos espaços de diálogos, para que o Poder Público e a sociedade discutam, decidam e assumam compromisso de atuação em torno de interesses coletivos.

Para uma gestora da Fundação Marcus de Bruim a idéia da rede é que,

A comunidade viu que não podia fazer nada só. Que a Fundação como Entidade para atingir um público tão extenso, com características diferentes... a gente fez um diagnóstico para ver qual era o nosso público e a gente delimitou uma área que a gente vai atuar. Um quadrado e que nesse quadrado fez o censo para ver quantas crianças, quantos idosos, quantos adultos, quem estuda, a questão do desemprego, as profissões. E a partir desse censo a gente começou a delimitar as ações que iríamos desenvolver.

A Fundação não podendo atingir um público e uma dimensão extensa, no Lagamar, percebeu que as ações desenvolvidas não poderiam atingir a todos os problemas na comunidade sozinha. A partir do processo de desenvolvimento do Plano Territorial de Desenvolvimento em rede - PETER – foi criada uma rede de 25 entidades do Grande Lagamar para discutir periodicamente sobre as formas de atuação dentro da comunidade, desde a prestação de serviços até o grau de implicação com as questões sociais que envolvem o lugar.

No entanto, para viabilizar as ações de enfrentamento dos problemas apontados nos seminários e nas rodas de conversa, as entidades perceberam a necessidade de um levantamento sobre a realidade local. O Censo Lagamar foi realizado entre os meses de julho de 2005 e janeiro de 2006 abrangendo todas as pessoas residentes do Lagamar, Ocupação Cidade de Deus e Favela Padre Cícero. De forma amostral os bairros Aerolandia, Pio XII e São João do Tauape, buscando obter um detalhamento das características dos domicílios e informações sociais, econômicas e demográficas de seus moradores.

O Lagamar foi dividido em dezessete setores censitários e duas áreas especiais, respeitando os limites da divisão político-administrativo do quadro urbano.

Foi usado para isso o mapa cartográfico composto pelo Mapa Municipal e Mapas de Localidades.

Assim, esse instrumento constituiu em uma das condições necessárias à realização de ações que tornassem mais eficazes os programas de desenvolvimento local, implementados tanto pelos governos quanto por organizações da sociedade civil. Além das informações obtidas aliadas a outros indicadores que possibilitassem a avaliação desses programas. Também permitir estudar a dinâmica da população; mapear as infra-estruturas e equipamentos coletivos existentes, tais como sistemas de abastecimento de água potável e os serviços de educação, saúde, segurança e trabalho e renda.

Outra questão que foi levantada pelos gestores da Fundação era que com a desunião, e o individualismo das entidades e lideranças não iriam fazer nada que tivesse um impacto na comunidade. A Fundação como é uma entidade mais equipada, com mais profissionais, mais técnicos tomou a frente dessa luta e elaborou alguns projetos que foram aprovados pelo Banco do Nordeste desde 2005 nessa linha de fazer o desenvolvimento sustentável local do Lagamar visando uma construção coletiva com as entidades parceiras.

Para os moradores, outro instrumento para materializar os princípios de desenvolvimento sustentável no Lagamar é o Plano Estratégico, que tem como objetivo um conjunto de práticas de gestão que privilegia a mobilização e atuação dos atores sociais diretamente envolvidos pela problemática local.

Esse Plano Estratégico do Lagamar surge associado a um momento político criado em torno das eleições municipais de 2004, num projeto, segundo os moradores, coerente para o desenvolvimento e futuro do Lagamar. O PEL, segundo os seus gestores, é o canal de mobilização e fortalecimento em rede para a gestão de “novas lideranças” do bairro.

Para implementar, desenvolver e fortalecer as ações do Plano formaram uma rede com 25 Instituições¹¹ do Grande Lagamar e adjacências e com os diversos atores da sociedade, atuantes nas mais diversas áreas. Foi feita a cartilha com

¹¹ Dentre os atores envolvidos no Plano Estratégico podemos citar alguns - **Ong's**: Associação Comunitária do Lagamar-ACL; Associação dos Moradores do Lagamar-AML; Associação dos Moradores e Amigos da Ocupação Cidade de Deus; Associação dos Moradores do riacho Tauape; Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Lagamar-CDDHL; centro de desenvolvimento Infartil-CDI; Comitê da Dengue; Conselho Comunitário de Defesa Social; Fundação Marcus de Bruim; **Ogs**: Centro de Atendimento Psicossocial de Álcool e Outras Drogas - CAPS(SER VI); Centro de Referência e Assistência Social-CRAS; Fundação da Criança da Cidade, através do Projeto Agente Jovem; Posto de Saúde César Cals; Programa de Saúde da Família-PSF(SER II) Raiz da Cidadania(SER II); Raiz da Cidadania(SER VI), dentre outras.

todos os planos de ações e os eixos estratégicos e temáticos (FUNDAÇÃO MARCUS DE BRUIM, 2006).

Em fim, nas representações dos gestores do projeto, o PEL é um canal de mobilização que tem como objetivo uma “re” significação das organizações comunitárias no Lagamar e a formação de “novas lideranças”. É significativo salientar que essa formação de ‘novas lideranças’ não se dá mais com as formas passadas: “trabalhar por um ideal comum e sem receber salário”. As “novas lideranças” têm que buscar parcerias e articulações com várias instituições, no âmbito privado e público.

Há no PEL uma preocupação de distinguir dois níveis que se articulam: por um lado, as questões sociais, econômicas e culturais e, por outro lado, as questões urbanas, nas suas dimensões espaciais e funcionais. São considerados os seguintes pontos: a) renovar a identidade do Lagamar; b) garantir modernização e a integração social do Lagamar; c) projetar a dimensão nacional e internacional do Lagamar; d) potencializar o exercício de uma cidadania ampla.

Creio que a idéia de “rede”, como ressalta Sherer-Warren (1993), utilizada como estratégia de ação coletiva pelos movimentos sociais aponta para uma nova forma de organização e “uma nova visão do processo de mudança social, que considera fundamentalmente a participação cidadã”.

Considerações finais

Após essa breve descrição sobre o lócus de estudo, é significativo ressaltar que, empiricamente, o Lagamar não é um caso particular, nem absolutamente único, mas guarda semelhanças com outros bairros “pobres” que se articulam com determinados momentos conjunturais.

É significativo ressaltarmos que essa nova organização mais ampla dos movimentos populares, nas chamadas “redes de movimento” possibilitam a criação de novos ideários democráticos e de cidadania para os moradores do Lagamar.

Na busca de um modelo de desenvolvimento democrático, torna-se imperativo a participação dos diversos atores envolvidos nas entidades parceira no Grande Lagamar, que compõem o âmbito no qual o plano estratégico está sendo desenvolvido. Essa participação implica em diferentes olhares sobre a comunidade,

resultando na interdisciplinaridade de diversos fatores essenciais ao processo de construção da cidadania dos moradores.

As atividades desenvolvidas com a metodologia da Ação Participante e o Método Reflexivo-Vivencial, como norteadores dos trabalhos, levou a comunidade a compreensão acerca do seu modo de vida, e, sobretudo, contribuiu para estabelecer prioridades e discutir sobre as questões de auto-sustenção ao treinamento, ao fortalecimento de lideranças, a avaliação comunitária e reforçou, acima de tudo, uma experiência e um aprendizado constante por parte das entidades parceiras do movimento.

Essas redes de articulações assumem papel estruturante na formulação de políticas públicas que contemplam as demandas apontadas pela comunidade, além de incitar o exercício da cidadania e a tomada de decisões de investimentos privados e governamentais, que beneficiem a população local.

Nesse contexto, os mecanismos que propiciam a formação de lideranças populares parecem distintos daqueles próprios das regras institucionais e formais de representação existentes em outras esferas sociais. O espaço político construído pelos movimentos sociais configura, atualmente, formas específicas de acumulação de capital político referentes a atributos do tipo: “firmeza” e “combatividade”, que se aliam à participação em diferentes episódios de mobilização coletiva. (BARREIRA, 1998)

Portanto, o Plano Estratégico do Lagamar-PEL foi desenvolvido num processo de construção participativa e representa um esforço coletivo em termos de elaboração de propostas para a organização territorial da Comunidade do Lagamar e para as pessoas que nela residem.

Para os moradores em nenhum momento esse instrumento assume caráter definitivo podendo ser reavaliado e reelaborado tanto em termos de processo como resultados. Para tanto, precisa de constante processo de avaliação e monitoramento e sistematização de dados, para ao longo do seu desenvolvimento promover os ajustes necessários a garantir a efetivação dos resultados.

Em fim, a implantação do Plano estratégico do Lagamar, representa um marco no movimento social da comunidade. “É a concretização do sonho de transformação social,” desses atores sociais, que apesar de inúmeros obstáculos, acreditam numa mudança capaz de gerar, passo a passo, a inclusão social e o desenvolvimento da cidadania do Lagamar.

Referências

- AUGÉ, Marc. Não Lugares. Uma Antropologia da Super Modernidade. Campinas, SP: Papyrus. 1994.
- BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. “A representação como espelho: universo cultural e político das candidaturas populares”. Revista Brasileira de Ciências Sociais. 28 ANPOCS. São Paulo: 1995.
- _____. O Reverso das Vitrines – conflitos urbanos e cultura política. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BRAGA, Elza Franco. Os labirintos da habitação popular – conjunturas, programas e atores. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.
- BRAGA, Elza M^a Franco. BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. A Política da Escassez – lutas urbanas e programas sociais governamentais. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/ Stylus Comunicações, 1991.
- COMERFORD, John Cunha. Como uma família-sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relumbre e Dumará. 2003.
- DAVIS, Mike. Planeta Favela. São Paulo: Boitempo, 2006.
- DIÓGENES, Glória Maria dos Santos. O Eu e o Outro: a constituição da identidade política dos movimentos sociais urbanos. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, 1989.
- GEERTZ, Clifford. “Do ponto de vista dos nativos”: a natureza do entendimento antropológico. IN: O Saber Local. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Livro Técnico e Científico, 1989.
- GELLNER, Ernest. O Maghreb como Espelho para o Mundo. In: Antropologia e Política- Revoluções no Bosque Sagrado. Rio de Janeiro: Zahar,
- GOFFMAN, Erving. Estigma-notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- GONH, Maria da Glória. História dos movimentos e lutas sociais-a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995.
- _____. Movimentos Sociais e luta pela moradia. São Paulo: Loyola, 1991.
- HEREDIA, Beatriz, M^a. Política, Família e Comunidade. In: PALMEIRA, e GOLDMAN. Antropologia, voto e representação política. Rio de Janeiro: Contracapa, 1996.
- MAGNANI, José Guilherme C. e Lílian de Lucca (orgs.). Na Metrópole – textos de antropologia urbana São Paulo: Fapesp, 2000.
- MARQUES, Ana Claudia. Intrigas e questões-vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco. Rio de Janeiro: Relumbre e Dumará. 2002.

MATTOS, Kelma S.L.de. Nas Trilhas da experiência: a memória, a crise e o saber do movimento popular. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 1998.

OLIVEIRA, Mônica Cordeiro Ximenes de. Lagamar: usos e cenas. Dissertação Mestrado UFC, Fortaleza: 2003.

_____.O novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza – As forças sociais que interagiram na sua definição. Monografia. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, mimeo. 1996.

PLANO ESTRATÉGICO DO LAGAMAR-Um processo de construção coletiva. Fundação Marcus de Bruim. Fortaleza: 2006.

RIBEIRO, Luís Távora Furtado. Alcance e Limites do Trabalho Educativo da Igreja nos Movimentos Sociais Urbanos-a partir da experiência da Favela do Lagamar em Fortaleza. Fortaleza. Dissertação apresentada no Mestrado em Educação. 1990.

ROLNIK, Raquel. O Que é Cidade. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais. São Paulo: Loyola, 1993.

SHILS, Edward. Centro e Periferia. In: Centro e Periferia. Lisboa: Difel, 1996.

SILVA, José Borzacchiello da. Os Incomodados não se retiram-Fortaleza em Questão. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.

SILVA, Luis Antônio Machado da. A continuidade do “problema da favela”. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

TELLES, Vera da Silva. “Pobreza e cidadania: dilemas do Brasil Contemporâneo. Caderno CRH 19. Salvador: 1993”.

VALLADARES, Lícia. A gênese da favela carioca: a produção anterior às Ciências Sociais. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 15, n. 44, ano 2000.

_____.Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

WEBER, Max. Economia e Sociedade. Brasília: UNB, 1994.

ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (Orgs). Um século de favela. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ZALUAR, Alba. A Máquina e a Revolta – as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.